

DN+ A herança

Sempre que a Marcha Real de Espanha toca, a família Andrés fatura

Hino. Estado pagou 130 milhões de pesetas aos herdeiros do compositor pelos direitos. Mas até 2036 ainda recebem 5% dos lucros

ANA MEIRELES

Cada vez que o hino nacional espanhol é reproduzido, seja numa cerimónia oficial com os reis, num estádio de futebol, na televisão ou como toque de telemóvel, 5% da verba referente aos direitos de exploração vai para seis elementos da família Andrés. Em 1997, o Estado pagou 130 milhões de pesetas (cerca de 780 mil euros) a esta família pela titularidade da Marcha Real, mas no acordo ficou estabelecido que até a obra entrar no domínio público continuam a receber 5%. Engane-se quem pensa que se trata de uma fortuna.

Esta história começa com Bartolomé Pérez Casas, que em 1908 foi convidado pelo rei Afonso XIII a fazer uma harmonização da Marcha Real. O compositor registou a obra como sua em 1931 e, quando em 1942, os seus arranjos foram considerados a versão oficial do hino nacional espanhol, começou a receber os respetivos direitos de autor.

À morte de Casas, em 1956, seguiu-se pouco depois a de sua mulher, María Angeles Casteli. Como os dois não tinham filhos, o compositor já havia decidido quem herdaria o seu bem mais precioso: a Marcha Real, pois claro.

Os eleitos foram María Benito Silva, a fiel empregada que servia o compositor desde os 11 anos, e José de Andrés Gómez, aluno e amigo de Bartolomé Pérez Casas e mais tarde violoncelista e secretário técnico da Orquestra Nacional. Cada um deles recebeu metade da Marcha Real, mas com diferentes condições – os direitos de María cessavam com a sua morte, os de José passavam para os seus herdeiros.

Solteira, María Benito Silva também não deixou descendentes e

passou os seus últimos anos com uma sobrinha em Madrid. Segundo o *El Mundo*, morreu dois anos antes do acordo com o Estado, em 1997, à beira dos 90 anos. Os seus sobrinhos ainda terão tentado receber parte dos 130 milhões de pesetas, mas sem sucesso.

O mesmo não se passou com a família de José de Andrés Gómez. O antigo aluno e amigo de Pérez Casas morreu em 1997, durante as negociações com o Estado, por isso foram os três filhos que beneficiaram com o acordo – um deles morreu em 1998, passando a sua parte dos 5% para os quatro filhos.

Mas os herdeiros de Andrés Gómez, além dos 130 milhões de pesetas e dos 5%, tiveram direito a mais. Segundo o Decreto Real 1543/1997, de 3 de outubro, “o preço que se estipula pela presente cessação é de um 5 por 100 dos rendimentos obtidos com a exploração das obras até que estas entrem no domínio público de um 1 por 100 respeitantes aos rendimentos obtidos com a exploração das obras resultantes das transformações feitas sobre as obras cujos direitos se adquirem”. O decreto é assinado por Rodrigo Rato, então vice-presidente e ministro da Economia de José María Aznar.

O documento refere “obras” porque a transação envolveu também a chamada Marcha dos Infantes, cujos arranjos são também da autoria de Bartolomé Pérez Casas.

O acordo entre o Estado e os Andrés termina quando a Marcha Real e a Marcha dos Infantes entrarem no domínio público, o que acontecerá 80 anos depois da morte do seu autor, ou seja, em 2036.

É difícil calcular exatamente quanto a família Andrés recebe anualmente pelo hino nacional, pois a SGAE – Sociedade Geral de Autores e Editores (o equivalente à



Coro de assobios abafou hino na final da Taça do Rei

PROTESTO Um ruidoso coro de assobios abafou a 30 de maio o hino espanhol, tocado em Camp Nou, antes do início da final da Taça do Rei entre o FC Barcelona, que jogava em casa, e o Athletic Bilbao, clubes de duas regiões que lutam pela autonomia. Apesar de a Marcha Real só ter sido tocada 48 segundos, na presença do rei Felipe VI, uma monumental assobiada por parte

dos mais de 95 mil espectadores, entre catalães e bascos. Concluído o hino, reproduzido em alto volume, Felipe VI, que presidia à sua primeira final da Taça do Rei, aplaudiu de pé, sendo imitado pelos jogadores. A final da Taça do Rei decorreu em Camp Nou, depois de o Real Madrid ter negado a cedência do seu estádio, o conhecido Santiago Bernabéu.

nossa Sociedade Portuguesa de Autores) não revela o valor preciso gerado pela obra.

De acordo com contas feitas pelo *El Mundo*, entre 1997 e 2008 os direitos de exploração da Marcha Real foram de 165 975 euros, ou seja, uma média de 15 mil euros por ano. Se esta média persistir até hoje, estamos a falar de 270 mil euros, dos quais os Andrés têm direito a 5%, ou seja 13 500 euros – cerca de 750 euros anuais.

Segundo uma reportagem do *El Mundo*, os Andrés são muito discretos sobre este assunto e nem os seus amigos mais próximos sabem da

HINO NACIONAL

A Portuguesa paga direitos de autor?

» O hino nacional é A Portuguesa, cuja música foi composta em 1890 por Alfredo Keil, e a sua reprodução não está sujeita ao pagamento de quaisquer direitos de autor. Esta situação está prevista no artigo 75 do Código do Direito de Autor, que define as regras da “utilização livre” e que, na alínea j, contempla “a execução e comunicação públicas de hinos ou de cantos patrióticos oficialmente adotados”. Mesmo que isso não estivesse já definido na legislação, não haveria lugar a pagamentos, pois, segundo explicou ao DN o advogado Manuel Lopes Rocha, especialista em propriedade intelectual, a música já estaria no domínio público, uma vez que passaram mais de 70 anos desde a morte do seu autor, Alfredo Keil, em 1907. M.J.C.



Os arranjos de Bartolomé Pérez Casas tornaram-se oficiais em 1942

sua relação com o hino nacional. Aliás, os próprios espanhóis só souberam que a Marcha Real estava na mão de privados quando em novembro de 1993 a notícia foi dada por um jornalista da cadeia de televisão Tele 5, conforme escreveu o jornal *El País* na altura.

O único dos seis atuais herdeiros – os irmãos José Ramón de Andrés e María Isabel de Andrés, ambos engenheiros, e os sobrinhos Elvira, de 45 anos, Ana María, de 44, Juan António, de 41, e José Manuel, de 24 – que até agora falou sobre a herança foi o benjamim da família. Estudante de Arquitetura, José Manuel contou recentemente ao *El Mundo* que não assistiu aos assobios ao hino na final da Taça do Rei (ver fotolegenda), mas considerou o episódio “uma falta de respeito”. “Levar temas políticos para o campo desportivo é um erro dos clubes de futebol”, disse.

O jovem afirmou que a sua ligação ao hino de Espanha é tão ténue que nem se recorda dela quando o ouve. Uma lembrança que só é avivada quando recebe as cartas da SGAE. “Cartas em que me pagam cinco ou seis céntimos, ou um euro, é uma coisa muito simbólica”, explicou ao mesmo jornal espanhol.